



### 19) Decisão judicial de quebra de sigilo bancário ou fiscal<sup>1</sup>

\_\_\_\_.ª Vara Criminal da Comarca \_\_\_\_.<sup>2</sup>

Vistos.

Trata-se de representação formulada pela autoridade policial do \_\_\_\_º Distrito Policial desta Comarca, relatando o trâmite de inquérito policial para apurar a prática do crime de roubo, que teria sido cometido por “A” e “B”, já indiciados, contra o “Supermercado X”, resultando na subtração de R\$ 30.000,00. Parte desse montante resulta de cheques emitidos por clientes do estabelecimento.

Apurou-se que os títulos de crédito foram depositados na conta corrente de “C”, ex-funcionário do supermercado, possivelmente partícipe do evento.

Os fatos narrados permitem visualizar a gravidade da situação, inclusive com possibilidade de concretização da medida assecuratória de seqüestro, caso fique demonstrada a origem ilícita do dinheiro, como produto do roubo ocorrido.

A medida pleiteada é viável e servirá para a melhor elucidação do fato, bem como da eventual participação de terceiro.

Nos termos da representação, presentes o *fumus boni iuris*<sup>3</sup> e o *periculum in mora*,<sup>4</sup> defiro a quebra do sigilo bancário de “C”, expedindo-se ofício ao Banco \_\_\_\_, Agência \_\_\_\_, para que envie a este juízo, em caráter sigiloso, o cadastro e o extrato da conta corrente n.º \_\_\_\_, com destaque para o período de \_\_\_\_\_. O estabelecimento bancário terá o prazo de 15 dias para a resposta.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Juiz de Direito

<sup>1</sup> O mesmo modelo pode ser utilizado para a decretação da quebra do sigilo fiscal, feitas as devidas adaptações. Por exemplo, a violação do sigilo fiscal não daria ensejo ao seqüestro direto de bens, mas somente à localização de valores a serem buscados em outros lugares.

<sup>2</sup> O pedido pode ser examinado por Departamento ou Vara específica de Inquéritos Policiais, dependendo da lei de organização judiciária local.

<sup>3</sup> “Fumaça do bom direito”, significando que há respaldo legal e fatos justificadores da medida.

<sup>4</sup> “Perigo na demora”, o que justifica a urgência do pedido e da concessão da medida, para que a prova não se perca.